

A stylized map of Latin America and the Caribbean region, rendered in a teal color, set against a light green background with a faint grid pattern. The map includes Mexico, Central America, the Caribbean islands, and South America.

Programa de Cooperação
Internacional Brasil - FAO

**OFICINA DO PROJETO DE
FORTALECIMENTO DE
POLÍTICAS AGROAMBIENTAIS
EM PAÍSES DA AMÉRICA
LATINA E CARIBE:**

**CONSULTA E DIÁLOGO
NACIONAL SOBRE
INDICADORES
PARA POLÍTICAS
AGROAMBIENTAIS**

Ministério do Meio Ambiente
Secretariada pela Organização das Nações Unidas para
Alimentação e Agricultura/FAO

Relatório Final

Oficina de Consulta e Diálogo sobre Indicadores para
Políticas Agroambientais.

29 e 30 de maio de 2018
Brasília - DF

Tatiana Espíndola
Metodologia e Facilitação
Patrícia Mesquita
Relatoria

Sumário

| | |
|--|----|
| Resumo Executivo | 4 |
| Introdução..... | 5 |
| A. Organização da Oficina | 7 |
| 1. Objetivos | 7 |
| 2. Programação..... | 7 |
| 3. Dinâmica da Oficina | 8 |
| B. Abertura da Oficina | 11 |
| C. A elaboração dos Indicadores do ODS no Brasil: perspectivas para a produção de informações no setor agropecuário..... | 13 |
| D. Apresentação da Versão 2 do Documento Base Indicadores para Políticas Agroambientais e Fichas Metodológicas. | 14 |
| E. Indicadores para Políticas Agroambientais. | 16 |
| Dimensão Econômica e Produtiva - Parte A..... | 16 |
| Dimensão Econômica e Produtiva - Parte B..... | 19 |
| Dimensão Ambiental | 24 |
| Dimensão Social | 28 |
| Dimensão Institucional e Governança..... | 31 |
| Avaliação..... | 34 |
| ANEXO A – Lista de Participantes | 35 |
| ANEXO A – Registro Fotográfico..... | 38 |
| Anexos digitais: | |
| 1. Documento Base Versão 2 Indicadores de Políticas Agroambientais Na América Latina e no Caribe | |
| 2. Slides A elaboração dos Indicadores do ODS no Brasil: Perspectivas para a produção de informações no setor agropecuário Apresentação Octávio Costa de Oliveira/Coordenador de Agropecuária do IBGE. | |
| 3. Slides Proposta de Indicadores para Políticas Agroambientais – Versão 2: Insumos Para os Grupos de Trabalho Apresentação Ângela Cordeiro/Consultora FAO | |
| 4. Trabalhos do grupo Fichas Metodológicas Dimensão Ambiental | |
| 5. Trabalho do grupo Fichas Metodológicas Dimensão Social. | |
| 6. Trabalho do grupo Fichas Metodológicas Dimensão Institucional e Governança | |

Resumo Executivo

O presente documento apresenta uma síntese das discussões, apresentações e produtos da Oficina de Consulta e Diálogo sobre Indicadores para Políticas Agroambientais, ocorrida em Brasília nos dias 29 e 30 de maio de 2018.

Organizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), com apoio da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) e da GIZ (Agência Internacional de Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável), a oficina teve o principal avançar no processo de diálogo e consultas técnicas para definir uma proposta de indicadores agroambientais para monitorar e verificar em nível nacional as mudanças e tendências nos principais componentes da gestão pública e privada e do controle social em convergência com as Diretrizes Voluntárias para Políticas Agroambientais em Países da América Latina e Caribe e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Introdução

O Projeto "Fortalecimento de Políticas Agroambientais em Países da América Latina e Caribe por meio do Diálogo e da troca de Experiências Nacionais", implementado entre 2012 e 2018 no âmbito do Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO teve o objetivo de fortalecer as políticas agroambientais que favorecem ao mesmo tempo o aumento da renda rural e a sustentabilidade ambiental, visando a conservação dos ecossistemas, a redução da pobreza rural e da insegurança alimentar, e ainda considerando os impactos da mudança do clima nos países da região. O projeto, executado pelo Escritório Regional da FAO para a América Latina e Caribe, teve colaboração com os Ministérios do Meio Ambiente e Agências de Cooperação dos países envolvidos (Brasil, Chile, Colômbia, México, Nicarágua, Costa Rica, Cuba, Panamá e Paraguai).

Como resultado do extenso processo de consultas e debates, foram elaboradas "Diretrizes Voluntárias para Políticas Agroambientais na América Latina e Caribe (DVPA-ALC)" e seus respectivos indicadores para monitoramento. As Diretrizes fornecem orientação sobre os procedimentos, diretrizes estratégicas e medidas que os Estados podem adotar para avançar em uma abordagem agroambiental nas políticas públicas, na aplicação de melhor governança e melhores práticas de acordo com os compromissos firmados em nível nacional e na cooperação internacional, e contribuir particularmente para a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Neste contexto, a proposta de indicadores tem como objetivo que os países possam contar com um instrumento de apoio para o acompanhamento e implementação das diretrizes postuladas das DVPA-ALC. Da mesma forma que foi feito para a elaboração das Diretrizes, a definição de indicadores foi baseada em um processo sucessivo de construção, baseado em debates em nível nacional e regional, buscando contribuições dos diferentes setores governamentais, privado e sociedade civil.

A primeira etapa dos Workshops Nacionais ocorreu entre o final de 2016 e 2017, com mesas redondas e plenárias realizadas em sete países, com mais de 250 participantes. Nessas oficinas, além de considerarem os indicadores prioritários em âmbito nacional, foram realizadas sugestões de ajustes nos indicadores da lista preliminar e a proposição de novos indicadores, sendo também recomendada a elaboração de propostas regionais de indicadores.

A partir dos resultados dos diálogos nacionais, a primeira versão do documento de indicadores foi elaborada, revisada e analisada em um primeiro workshop regional, realizado na cidade do Panamá, em 28 e 29 de setembro de 2017. A proposta de indicadores foi discutida em duas etapas: 1) relevância em relação ao quadro orientador, baseado nas Diretrizes Voluntárias e nos objetivos e metas da Agenda 2030; e 2) análise da lista de compilação de indicadores (87 agrupados em cinco categorias). Tal metodologia possibilitou o entendimento de indicadores prioritários para a abordagem agroambiental e também a sua relevância diante da disponibilidade de dados, reduzindo a lista inicial para 59 indicadores (mais 10 indicadores regionais). Como recomendação, foi definida a necessidade de haver melhoria das definições e conceitos (glossário) utilizados nos diferentes países, a importância

do estabelecimento de linhas de base para geração de um quadro comparativo, e a redução dos indicadores numéricos. Também foi acordada a importância de definição de indicadores estratégicos regionais que permitissem acompanhar uma tendência regional na área agroambiental.

Logo, no âmbito desse Projeto, foi proposta a realização da Oficina de Consulta e Diálogo sobre Indicadores para Políticas Agroambientais, visando trabalhar na segunda versão do documento e definir uma proposta de indicadores agroambientais para monitorar e verificar em nível nacional as mudanças e tendências nos componentes da gestão pública, privada e do controle social diante das diretrizes estabelecidas pelo DVPA-ALC e dos ODS. A oficina foi organizada pelo Ministério do Meio Ambiente (Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável), com apoio da FAO e da GIZ, e realizada em Brasília durante os dias 29 e 30 de maio de 2018. O presente relatório apresenta uma síntese do processo de trabalho e das apresentações da oficina, os resultados da plenária, e os principais encaminhamentos resultantes dos dois dias de trabalho.

A. Organização da Oficina

1. Objetivos

Objetivo geral

A oficina teve como objetivo principal avançar no processo de diálogo e consultas técnicas para definir uma proposta de indicadores agroambientais para monitorar e verificar em nível nacional as mudanças e tendências nos principais componentes da gestão pública e privada e do controle social em convergência com as Diretrizes Voluntárias para Políticas Agroambientais em Países da América Latina e Caribe e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Objetivo Específicos

- ✧ Analisar e promover ajustes na proposta dos Indicadores Agroambientais construídos com base nas Diretrizes Voluntárias das Políticas Agroambientais em Países da América Latina e Caribe e em convergências com os ODS da Agenda 2030, que possam ser aplicados no Brasil.
- ✧ Analisar as fichas metodológicas dos referidos indicadores, e propor ajustes.
- ✧ Elaborar recomendações a Versão 2 do Documento Base de indicadores para políticas agroambientais na ALC, incorporando as fichas metodológicas, a ser debatido e consolidado em oficina regional do Projeto a ser realizada em julho de 2018.
- ✧ Produzir subsídios para o desenvolvimento e implantação de um Sistema de Gestão de Indicadores Agroambientais no Brasil.

2. Programação

| Dia 29 de maio de 2018 | |
|------------------------|---|
| Horário | Atividade |
| 9:00 | Abertura e boas-vindas . Alan Bojanic – Representante da FAO no Brasil . Juliana Simões – Secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável/MMA . Demétrio Carvalho – Ministério das Relações Exteriores . Pedro Alves Corrêa Neto – Secretário Substituto da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo/SMC/Ministério da Agricultura . Taiguara Alencar – Cooperação Alemã para Desenvolvimento/GIZ |
| 9:30 | Organização da oficina: apresentação dos participantes, da programação e dos aspectos metodológicos. |

| | |
|-------|--|
| 9:40 | A elaboração dos Indicadores do ODS no Brasil: perspectivas para a produção de informações no setor agropecuário. <i>Octávio Costa de Oliveira - Coordenador de Agropecuária - COAGRO IBGE</i> <i>Exposição e diálogo</i> |
| 10:40 | <i>Intervalo</i> |
| 11:00 | Apresentação do Versão 2 do Documento Base Indicadores para Políticas Agroambientais e Fichas Metodológicas. FAO/MMA |
| 12:30 | <i>Almoço</i> |
| 14:00 | Indicadores Agroambientais: Análise e Ajustes Trabalhos em grupos |
| 16h15 | <i>Intervalo</i> |
| 18:00 | Continuação GTs |

| Dia 30 de maio de 2018 | |
|------------------------|---|
| Horário | Atividade |
| 9:00 | Início das atividades |
| 9:15 | Indicadores Agroambientais: Análise e Ajustes – Continuação Trabalhos em grupos |
| 10:30 | <i>Intervalo</i> |
| 10:45 | Continuação GTs Trabalhos em grupos |
| 12:30 | <i>Almoço</i> |
| 14:00 | Continuação GTs Trabalhos em grupos |
| 16:15 | <i>Intervalo</i> |
| 16h35 | Plenária de Socialização |
| 18:00 | Próximos passos, avaliação e encerramento |

3. Dinâmica da Oficina

Abertura e boas-vindas

Participaram da abertura do evento: Alan Bojanic, Representante da FAO no Brasil; Juliana Simões, Secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável/MMA; Demétrio Carvalho, Ministério das Relações Exteriores; Pedro Alves Corrêa Neto, Secretário Substituto da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo/MAPA; e Taiguara Alencar, Cooperação Alemã para Desenvolvimento/GIZ. Deram as boas-vindas aos participantes e reforçaram a importância do evento para Políticas Agroambientais no Brasil e na América Latina e Caribe.

A elaboração dos Indicadores do ODS no Brasil: perspectivas para a produção de informações no setor agropecuário.

O representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Octávio Costa de Oliveira, Coordenador de Agropecuária- COAGRO/IBGE, apresentou um panorama do que o IBGE vem trabalhando e a visão que tem para poder atender indicadores referentes aos ODS no Brasil. Destacou também informações sobre as estatísticas agropecuárias.

Apresentação do Versão 2 do Documento Base Indicadores para Políticas Agroambientais e Fichas Metodológicas.

A consultora da FAO para elaboração do documento Base Indicadores de Políticas Agroambientais na América Latina e no Caribe/ Desenvolvimento de Folhas Metodológicas, apresentou a linha cronológica de elaboração e consulta do documento base e seus respectivos resultados. Ao final, destacou a relevância do trabalho em grupo para revisão das fichas metodológicas dos indicadores, a partir das perspectiva do Brasil.

Indicadores Agroambientais: Análise e Ajustes

Para análise dos indicadores e ajustes nas fichas metodológicas, foram primeiramente indicados alguns conceitos para serem considerados pelos participantes.

- O conceito de Políticas Agroambientais adotado nas Diretrizes Voluntárias implica a visão de sustentabilidade dos sistemas de produção de alimentos, bens e serviços da produção agropecuária e florestal, da pesca e da aquicultura, a fim de ampliar os potenciais benefícios ambientais da agricultura e da aquicultura. "
- Define-se Indicador como: "parâmetro ou valor, derivado de parâmetros gerais, que indica ou fornece informações ou descreve o estado de um dado fenômeno (do ambiente ou de uma área específica) com um significado que transcende o valor específico do parâmetro", conforme a definição da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Após a compreensão conjunta sobre os temas, foram apresentados alguns princípios para o trabalho com os indicadores:

- Estabelecer alguns indicadores, sintéticos e ligados aos sistemas de monitoramento das instituições, priorizando aqueles que possam atender a mais de um postulado/ ação das Diretrizes, ao invés de gerar muitos indicadores muito semelhantes;
- Definição de indicadores para as problemáticas identificadas;
- Que sejam SMART: *Specific* (específicos), *Measurable* (mensuráveis), *Achievable* (realizáveis), *Relevant* (relevantes), *Time-bound* (com tempo definido para sua realização);
- Consideração de variáveis quantitativas a fim de que a medição seja realista. Os indicadores devem ser facilmente mensuráveis, compreensíveis e sistematizáveis;

- Priorizar indicadores de transversalidade, não setoriais; que possam refletir o trabalho intersetorial e medir o grau de integração de diretrizes e medidas das Diretrizes Voluntárias para políticas e programas nacionais, bem como sua efetividade.

Em seguida foram apresentadas as perguntas orientadoras que cada grupo de trabalho deveria utilizar para análise da lista de indicadores referentes às diferentes dimensões abordadas no documento de diretrizes. Segue a divisão dos grupos de trabalho: Grupo 1 – Dimensão Ambiental, Grupo 2 – Dimensão Social, Grupo 3 – Dimensão Econômica e Produtiva e Grupo 4 – Dimensão Institucional e Governança.

Questões orientadoras:

1. O indicador é pertinente e relevante para avaliar o progresso da implementação das Políticas Agroambientais no Brasil?
2. Quais ajustes ou recomendações sugerimos nas fichas metodológicas dos indicadores?
Trabalhar prioritariamente nos itens: Nome do Indicador, Descrição do Indicador, Relevância ou pertinência do indicador para as DVPA-ALC, Metodologia (todos os itens) e Considerar os itens indicados no campo observações para orientar também a reflexão e construção.
3. Há novas sugestões ou recomendações gerais para o Documento Base – Verão 2?

Próximos passos, avaliação e encerramento

Ao final da oficina, Allan Milhomens, Coordenador Técnico Projeto Fortalecimento de Políticas Agroambientais MMA/FAO, fez uma fala de encerramento da Oficina agradecendo a presença de todos e as contribuições no processo de formulação dos Indicadores. Avaliação da oficina foi realizada por meio de formulário digital, disponibilizado aos participantes da oficina após o evento.

B. Abertura da Oficina

Taiguar Alencar – Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável – GIZ

A GIZ reforçou o contínuo apoio ao processo de consolidação das diretrizes voluntárias para políticas agroambientais. Além do seu papel nessa iniciativa, a Cooperação Alemã tem também diversas outras iniciativas na África e Ásia, e espera fortalecer seu apoio a outras iniciativas dentro do âmbito da América Latina e Caribe. A diálogo da oficina, por ter relação com os temas das ODS e Agenda 2030, foi citada como especialmente importante, dada à relevância dos dois temas nas discussões internacionais e dentro do âmbito da Cooperação Alemã. Por fim, foi lembrado que além da necessidade de construção de indicadores, deve-se pensar em um sistema de gestão, ficando a GIZ à disposição para apoiar em todos os passos do processo de desenvolvimento, consolidação e monitoramento dos indicadores.

Pedro Alves Corrêa Neto – Secretário Substituto da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo/SMC/Ministério da Agricultura

O Ministério da Agricultura citou a presença ativa do MAPA desde o início do processo de discussão das diretrizes e indicadores, com participação de vários servidores no da oficina em andamento. Além do evento em questão, foi citada a busca por uma agenda mais positiva entre o MAPA e o MMA, além do papel dos dois ministérios em apoiar a agenda brasileira diante de um cenário internacional que busca a consonância dos objetivos do ponto de vista ambiental com os de potencial produtivo. O MAPA finalizou declarando o profundo interesse em contribuir e auxiliar na discussão das diretrizes e indicadores, de modo a colaborar para as diversas questões em torno da sustentabilidade no Brasil.

Demétrio Carvalho – Ministério das Relações Exteriores

Desde 2008 vem ocorrendo a parceria do Brasil com a FAO por meio dos acordos de Cooperação Sul-Sul do país, estando a parceria atualmente consolidada no âmbito da discussão do processo de consolidação das diretrizes voluntárias para políticas agroambientais. Além dessa parceria, existem quatro outras iniciativas trilaterais (conduzidas pelo Brasil, FAO e outros países) na América Latina e Caribe, com discussões sobre fome e políticas agroambientais. É ressaltado que todos os interlocutores das parcerias se pautam no aprendizado e partilha recíproca, na horizontalidade, e no consenso, reforçando o verdadeiro espírito da Cooperação Sul-Sul.

Alan Bojanic – Representante da FAO no Brasil

Foi salientada a relevância da oficina diante da conjuntura mundial atual, onde o protecionismo e aumento de barreiras ditam o fluxo dos mercados, com importante relevância atual das barreiras por questões ambientais. Diante disso, se mostra como relevante a questão da produção carimbada, mas anteriormente a isso o país necessita garantir a sustentabilidade da agricultura. Diante das diversas experiências estudadas no Brasil, observa-se que existem produtores sustentáveis, mas ainda muitos que precisam de aprimoramento e ajustes. Nesse ponto que as Diretrizes podem ser consolidadas como um guarda-chuva para o país poder analisar seu status em relação a cada um dos temas e países. Entretanto, para tal ainda deve-se harmonizar os indicadores, procedimento previsto para estar mais consolidado no mês de agosto. Após o processo de consolidação os países terão que discutir sobre a implementação e chegada das diretrizes aos produtores, sendo a oficina parte de um amplo processo para que a agricultura na América Latina e Caribe se torne sustentável e carimbada, contribuindo para um mundo com menos poluição e emissão de gases, considerando também as futuras gerações. O papel da FAO nos Diálogos é induzir o processo e facilitar a comunicação entre as partes, utilizando-se da sua capilaridade para ajudar no diálogo de políticas e tecnologias.

Juliana Simões – Secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável/MMA

O Ministério do Meio Ambiente vem trabalhando há 3 anos com as Diretrizes Voluntárias para Políticas Agroambientais na América Latina e Caribe (DVPA-ALC). Atualmente, trabalham com os indicadores, e posteriormente trabalharão com a implementação e monitoramento, sendo todo o processo ancorado nos compromissos internacionais firmados pelo país. Dentre eles destacam-se os compromissos no âmbito das mudanças climáticas, de redução de 40% das emissões, e suas políticas definidas na área de recuperação de pastagens, das áreas degradadas, e de solos por meio do Programa ABC. O programa, considerado uma política área agroambiental, já vem mostrando resultados concretos de reduções de emissão de gases de efeito estufa. No tocante ao compromisso de demonstrar o monitoramento dos compromissos assumidos foram lançadas a Plataforma ABC e a Plataforma WebAmbiente, sendo esta o maior banco de dados de espécies nativas disponível ao produtor rural. O WebAmbiente é ancorado no âmbito da discussão de mudanças climáticas e recuperação de áreas de reserva legal e proteção permanente, podendo o produtor ao final da consulta verificar uma lista de espécies e tecnologias mais adequadas e baratas para serem aplicadas em sua propriedade. Espera-se que o Brasil se apresente bem posicionado em relação aos outros no tocando às Políticas Agroambientais. O país, quando comparado com outros, é um dos que mais protege vegetação nativa e tem florestas em áreas privadas, além do forte Código Floresta, apesar de diversos pontos que ainda precisam ser melhorados. Ainda, há a previsão do Plano Nacional de Conservação de Solos e Águas. Ao fim, é destacado também o avanço do país nas áreas de segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar, e outras várias áreas contidas nas diretrizes discutidas.

C. A elaboração dos Indicadores do ODS no Brasil: perspectivas para a produção de informações no setor agropecuário.

*Octávio Costa de Oliveira - Coordenador de Agropecuária – COAGRO/IBGE
Exposição e diálogo*

- A palestrante apresentou um panorama do que o IBGE vem trabalhando e visão que tem para poder atender indicadores referentes às ODS no Brasil;
- IBGE tem grupo que trabalha com estatísticas agropecuárias e que trabalham com estatísticas contínuas;
- Precisam de várias informações do Censo Agropecuário, mas este não tem periodicidade adequada (cada 10 anos);
- Estatísticas contínuas produzem informações insuficientes para indicadores do ODS;
- Existe atualmente diversas discussões para chegar em consenso do que seriam pontos de corte em relação à sustentabilidade (ambiental, social e econômica);
- Brasil precisa de foco para atender demandas e gerar dados que possam ser usados no país;
- Para realizarem atualização cadastral de todos estabelecimentos agropecuários precisam de recurso;
- Ideia é ter censo anual (Pesquisa Nacional Agropecuária- PNAGro) com aprofundamento em algumas das questões já abordadas no Censo Agropecuário;
- Censo anual seria uma pesquisa modular, com quatro módulos temáticos rotacionados por ano, seguindo estratégia global do Banco Mundial (Módulos Produção e meio ambiente, Economia, Trabalho, e Máquinas, equipamentos e ativos).
- Desafios:
 - Estrutura da equipe – necessidade de contratação de servidores;
 - Revisão do estatuto do IBGE e organograma;
 - Orçamento do IBGE – mudança de patamar para atender às novas demandas e garantir fluxo;
 - Atualização cadastral e acesso a cadastros e registros administrativos externos;
- Considerações Finais:
 - PNAGro representa avanço em estatísticas agropecuárias, incorporando dimensões temáticas atualmente deficientes nos anos intercensitários;
 - A infraestrutura estatística pretendida com a implementação da PNAGro, além das estatísticas anuais, permitirá o levantamento de temas relevantes da agropecuária através de pesquisas especiais (sem periodicidade definida);
 - Os dados a serem obtidos deste sistema deverão cobrir as demandas dos indicadores ODS referentes à agropecuária.

D. Apresentação da Versão 2 do Documento Base Indicadores para Políticas Agroambientais e Fichas Metodológicas.

Ângela Cordeiro – Consultora FAO/MMA

- Convênio entre Brasil e FAO ocorre desde 2012;
- Primeira etapa do projeto foi de diagnóstico, com estudos em vários países para entender os avanços nas medidas socioambientais e os desafios;
- Realizadas oficinas nacionais e regionais, com várias recomendações para desenvolvimento do processo de criação de diretrizes;
- Experiências anteriores sobre diretrizes de direito à alimentação e outras são referência para o processo de diretrizes agroambientais;
- Geração de indicadores como demanda do processo de estabelecimento de Diretrizes;
- Fazem esforços para atrelar iniciativa aos ODSs;
- Importante balizar definições como a de política agroambiental:
 - Abordagem sistêmica, considerando as dimensões econômica, sociocultural e ambiental da sustentabilidade.
 - Promove sistemas de produção sustentáveis de alimentos, bens e serviços provenientes da produção agropecuária, florestal, pesca e aquicultura;
 - Compreende um conjunto articulado de diversos instrumentos estratégicos de planejamento e governança;
 - Deve reconciliar a viabilidade econômica da produção de alimentos e bens de consumo com a conservação do meio ambiente e manejo sustentável dos recursos naturais, tendo como objetivos centrais combater a pobreza rural e promover a segurança alimentar e nutricional em um contexto de mudanças climáticas.
- Indicadores na União Europeia mais centrados em questões ambientais, sendo mais amplo na América Latina;
- Necessidade de ter um instrumento para acompanhar e verificar, no âmbito nacional e regional, mudanças e tendências de componentes chaves da abordagem agroambiental para dar suporte à gestão pública e privada, bem como facilitar o controle social das políticas.
- Processo de seleção de indicadores:
 - Documento base para oficina, Oficinas Nacionais, Versão 1, Oficina Regional, Versão 2, e no momento oficinas Nacionais. Em seguida virá a versão 3, seguida de Oficina Regional, e versão final prevista para julho de 2018.
- Versão 2 (trabalhada nessa Oficina):
 - 59 indicadores agrupados em componentes e distribuídos nas dimensões: ambiental; social; econômica e produtiva; institucional e governança.
 - Sugestões de ajustes no marco conceitual apresentado na Versão 1.
 - Adotar definições e conceitos já consagrados e em uso pelos diferentes países.

- Versão final do Documento será um esforço de síntese de indicadores comuns para um olhar regional sobre a evolução das políticas agroambientais, com espaço para que cada país inclua outros indicadores que atendam suas especificidades.

E. Indicadores para Políticas Agroambientais

Dimensão Econômica e Produtiva - Parte A

| Cod. Indicador | Componente | Indicador | Aplica/Não se aplica ao Brasil | Alteração | Justificativa |
|-----------------|-------------------|---|--|---|--|
| Indicador 3.1.1 | Macroeconômico | Taxa de crescimento anual do Valor Agregado Agrícola. | Aplica-se. | Taxa de crescimento anual do Valor <u>Adicionado</u> Agrícola. Acrescentar o Valor Bruto de Produção, com série histórica mínima e um ano-base de referência, e a variável de "concentração de renda". | O termo usado pelo IBGE é adicionado e não agregado. O valor bruto da produção pode ser um índice mais fácil de ser medido e que permite análises comparativas dentro do ano base e entre culturas e criações. |
| Indicador 3.1.2 | Macroeconômico | Porcentagem da população empregada no setor agrícola como proporção da população total com emprego. | Se aplica, mas deve ser composto de outros indicadores. | # | No componente macroeconômico trazer indicadores da área social para qualificar a análise dos indicadores, como acesso à tecnologia. |
| Indicador 3.2.1 | Comércio exterior | Saldo da balança comercial do setor agrícola. | Se aplica, desde que associado à importação de insumos, para medir o grau de dependência de insumos agrícolas. | Inserir indicador grau de dependência dos insumos (% de importação de insumos) | # |
| Indicador 3.2.2 | Comércio exterior | Porcentagem de produtos agrícolas certificados exportados em relação ao total das | Se aplica, no entanto, é necessária a criação de código aduaneiro que | # | # |

| Cod. Indicador | Componente | Indicador | Aplica/Não se aplica ao Brasil | Alteração | Justificativa |
|-----------------|-------------------|---|---|-----------|---|
| | | exportações agrícolas [produção vegetal?]. | permita a medida de todos os signos distintivos. | | |
| Indicador 3.2.3 | Comércio exterior | Porcentagem de produtos pecuários certificados em relação às exportações totais de gado. | Se aplica, no entanto, é necessária a criação de código aduaneiro que permita a medida de todos os signos distintivos. | # | # |
| Indicador 3.2.4 | Comércio exterior | Porcentagem de produtos florestais certificados em relação ao total das exportações de produtos florestais. | Se aplica, no entanto, é necessária a criação de código aduaneiro que permita a medida de todos os signos distintivos. | # | # |
| Indicador 3.5.1 | Produção | Produção animal sob manejo sustentável (%). | Sim, mas devem ser agregados índices sobre bem-estar animal, conservação das áreas de pasto, tratamento e destinação de resíduos sólidos. | # | Adotar como índice de medida o "Protocolo GHG", desenvolvido pela EMBRAPA Informática Agropecuária, coordenado pelo pesquisador Eduardo Assad, que pode medir o balanço de CO2, solo-planta-animal-atmosfera. |
| Indicador 3.5.2 | Produção | Superfície florestal plantada sob manejo sustentável como proporção da área | Sim, mas a certificação se faz necessária para obtenção de dados confiáveis. | # | O índice poderia ser mais amplo, se fosse somada a área plantada com finalidade comercial, com certificação, e a área preservada ou recuperada, informação que pode ser obtida pelo CAR. |

| Cod. Indicador | Componente | Indicador | Aplica/Não se aplica ao Brasil | Alteração | Justificativa |
|-----------------|-------------------|---|--|--|---|
| | | total de florestas plantadas. | | | |
| Indicador 3.5.3 | Produção | Superfície sob sistema agroflorestal ou silvipastoril. | Sim, considerando dados provenientes do Sicar. | # | Considerar a necessidade e periodicidade de atualização dos dados do Sicar. |
| Indicador 3.5.4 | Produção | Área sob produção orgânica como proporção da área total. | Aplica-se, correlacionado com o indicador global de ODS. | Acrescentar Valor Adicionado Agrícola. | É necessário desenvolver metodologia para medir o Valor Adicionado Agrícola. |
| Indicador 3.6.1 | Mercado e consumo | Microempresas do agronegócio como proporção do total de agroindústrias (%). | Aplica-se. | Porcentagem de agroindústrias familiares e pequenos empreendimentos agroindustriais. | A preocupação é garantir a inclusão dos diferentes extratos da agroindústria |
| Indicador 3.6.2 | Mercado e consumo | Índice de perda de alimentos. | Aplica-se. | # | Considerar que, no Brasil, está sendo implementada a rastreabilidade de produtos de origem vegetal e também é possível verificar a rastreabilidade de produtos de origem animal. Será possível acompanhar e medir as perdas em cada elo das cadeias produtivas. É preciso desenvolver metodologia. Difundir boas práticas agrícolas do campo e na pós-colheita. |
| Indicador 3.6.3 | Mercado e consumo | Municípios com programas públicos de promoção da alimentação saudável como proporção do número total de municípios. (%) | Aplica-se. | Municípios com programas públicos de promoção do uso de alimentos <i>in natura</i> , como proporção do número total de municípios. (%) | O termo de "alimentação saudável" não contempla o âmbito desejado para o indicador. |
| Novo indicador | | Total de cooperados em relação ao número total de produtores. | Inclusão de novo indicador. | # | As fontes são IBGE, OCB, unicopas. |

Dimensão Econômica e Produtiva – Parte B

| Cod. Indicador | Componente | Indicador | Aplica/Não se aplica ao Brasil | Alteração | Justificativa |
|------------------------|-----------------|---|--------------------------------|--|--|
| Indicador 3.3.1 | Gastos públicos | (a) Gasto público per capita dedicado à conservação do patrimônio natural ou (b) Gasto público por unidade de área protegida (US\$/ha). | Aplica-se. | Gasto público por unidade de área protegida (US\$/ha). | Deve ser considerada a inclusão de gastos com a preservação de parques e jardins. A medida deve contemplar todas as esferas municipal, estadual e federal. |
| Indicador 3.3.2 | Gastos públicos | Porcentagem do gasto público destinado à prevenção, mitigação e recuperação de áreas produtivas em relação ao orçamento público total. | | Porcentagem do gasto público destinado à recuperação de áreas agrícolas degradadas em relação ao total de orçamento público APLICADO NA AGRICULTURA. | O componente de prevenção e mitigação de riscos e desastres está contemplado em indicador ambiental, nº 4. |
| Indicador 3.3.3 | Gastos públicos | Gasto público destinado à produção com gestão sustentável e/ou agroecológica e/ou orgânica como proporção do orçamento nacional. | Aplica-se. | 3.3.3.1. Gasto público destinado à produção sustentável e/ou agroecológica e/ou orgânica como proporção do orçamento nacional aplicado na agricultura. | Para mensurar gestão sustentável, serão avaliados outros parâmetros, sugerido um novo indicador. Os países devem elencar os Planos e Programas que se enquadrem no conceito de sustentabilidade. |
| Indicador 3.3.4 | Gastos públicos | Gastos públicos em pesquisa & desenvolvimento agrícola como proporção ao PIB agrícola. | Aplica-se. | Gastos públicos em pesquisa, desenvolvimento e <u>inovação no âmbito das políticas agroambientais</u> como proporção ao PIB agrícola. | A fonte de informação provém da prestação de contas das instituições de pesquisa. É importante avaliar os investimentos em parcerias público-privada, assim como investimentos internacionais. |
| Indicador 3.3.5 | Gastos públicos | Gastos públicos com serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) em proporção ao PIB agrícola. | Aplica-se. | Gastos públicos com serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), <u>no âmbito das políticas agroambientais</u> , em | Deve-se considerar os diferentes segmentos desagregados, dando oportunidade à análise, como por exemplo, ATER para comunidades e povos tradicionais, ATER indígena, ATER para mulheres, ATER para cadeias produtivas, ATER extrativista. |

| Cod. Indicador | Componente | Indicador | Aplica/Não se aplica ao Brasil | Alteração | Justificativa |
|------------------------|-------------------------|---|---|--|---|
| | | | | proporção ao PIB agrícola. | Fonte: prestação de contas a nível federal e estadual, por meio da ANATER, SEAD, MMA, MAPA, INCRA, ASBRAER |
| Indicador 3.3.6 | Gastos públicos | Despesas com compras públicas destinadas à aquisição de produtos provenientes de sistemas produtivos sob manejo sustentável e/ou agroecológico em proporção ao orçamento nacional, discriminado por (a) alimentos produzidos pela agricultura familiar; (b) alimentos produzidos pela pesca artesanal e pela aquicultura em pequena escala; (c) produtos não-madeireiros e não-madeireiros produzidos pelo manejo florestal comunitário ou de pequena escala. | Aplica-se. | Despesas com compras públicas destinadas à aquisição de produtos provenientes de sistemas produtivos sob manejo sustentável e/ou agroecológico em proporção ao <u>orçamento total destinado às compras públicas</u> , discriminado por (a) alimentos produzidos pela agricultura familiar; (b) alimentos produzidos pela pesca artesanal e pela aquicultura em pequena escala; (c) produtos não-madeireiros e não-madeireiros produzidos pelo manejo florestal comunitário ou de pequena escala. | Verificar se há outro parâmetro melhor de comparação, para compor a proporcionalidade. Fonte: CONAB, MDS, SEAD, FNDE, Governos federais, estaduais e municipais. |
| Indicador 3.4.1 | Instrumentos econômicos | Subsídios aos combustíveis fósseis (US\$/ano) discriminado por agricultura, pecuária, silvicultura, aquicultura e pesca. | NÃO se aplica. O conceito para subsídio é controverso e o indicador é negativo. | Proporção do gasto público com incentivos ao uso e implementação de fontes de energia renováveis, em relação aos incentivos para uso de combustíveis fósseis. | Fonte: Ministério da Fazenda, Ministério de Energia |
| Indicador 3.4.2 | Instrumentos econômicos | Subsídios à produção e consumo de | NÃO se aplica. | Proporção do gasto público com incentivos | Fonte: |

| Cod. Indicador | Componente | Indicador | Aplica/Não se aplica ao Brasil | Alteração | Justificativa |
|------------------------|-------------------------|---|--|--|---|
| | | agroquímicos (a) fertilizantes (b) pesticidas (c) medicamentos veterinários na pecuária e aquicultura (US\$). | O conceito para subsídio é controverso e o indicador é negativo. | à produção e consumo de bio-insumos, em relação aos incentivos para uso de agroquímicos e medicamentos. | Ministério da Fazenda e órgãos governamentais que fomentam. |
| Indicador 3.4.3 | Instrumentos econômicos | Crédito rural para gestão sustentável, agroecológica e orgânica como proporção do crédito rural total, discriminado por agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e aquicultura. | Aplica-se. | Crédito rural para <u>produção</u> sustentável, agroecológica e orgânica como proporção do crédito rural total, discriminado por agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e aquicultura. | Os parâmetros relacionados a gênero e juventude devem compor os dados. |
| Indicador 3.4.4 | Instrumentos econômicos | Recursos públicos aplicados em pagamentos por serviços ambientais (PSA) como proporção do valor de subsídios à agricultura, pecuária, manejo florestal, aquicultura e pesca. | NÃO se aplica, pois o quantitativo atual não é representativo. | Número de modalidades de incentivos fiscais e tributários aplicados por serviços ambientais (PSA) como proporção do valor de subsídios à agricultura, pecuária, manejo florestal, aquicultura e pesca. | Verificar com Aloisio do Ministério da Fazenda. |
| Indicador 3.4.5 | Instrumentos econômicos | Área beneficiada com programas de pagamento por serviços ambientais (PSA) como proporção da área agrícola total, discriminada por arranjos de pagamento público e privado. | Aplica-se, mas o valor é insipiente. | | Se forem considerados programas de manejo de bacias hidrográficas, pode-se obter dados. |

| Cod. Indicador | Componente | Indicador | Aplica/Não se aplica ao Brasil | Alteração | Justificativa |
|------------------------|-------------------------|--|--------------------------------|--|--|
| Indicador 3.4.6 | Instrumentos econômicos | Valor total de fundos de investimento privado para aplicação em sistemas de gestão sustentável e / ou baixa produção de carbono. | Aplica-se. | # | Fonte: BACEN Verificar em que nível de levantamento desses dados, o Brasil se encontra. |
| # | # | Indicador Novo | # | 3.3.3.2. Proporção de gastos públicos com Programas de Manejo de Bacias Hidrográficas e de Gestão Territorial, em relação ao orçamento nacional aplicado na agricultura. | A fonte provém dos programas implementados. |
| # | # | Indicador Novo | # | Quociente da carga tributária para combustível fósseis em relação à carga tributária para combustível de energia renováveis. | # |
| # | # | Indicador Novo | # | Quociente da carga tributária para bioinsumos em relação à carga tributária para agroquímicos e medicamentos. | # |
| # | # | Indicador Novo | # | Volume de orçamento anual aplicado e taxas de juros para linhas de crédito acessíveis para fomento a organização social e produção coletiva, em relação ao volume total do crédito rural aplicado. | Pode-se inferir a comparação desse indicador com a recuperação de áreas de proteção. |

| Cod. Indicador | Componente | Indicador | Aplica/Não se aplica ao Brasil | Alteração | Justificativa |
|----------------|------------|----------------|--------------------------------|---|--|
| # | # | Indicador Novo | # | Se existe Política de Pagamento de Serviços Ambientais e qual o nível de implementação. | O nível de implementação se correlaciona com o quantitativo de orçamento destinado à política nos instrumentos de planejamento orçamentário, como o PPA. |
| # | # | Indicador Novo | # | Porcentagem do crédito rural destinado à regularização ambiental. | Fonte: SICOR |

Outras sugestões ou recomendações gerais para o Documento Base – Verão 2:

- Proposta de substituir o indicador de “municípios com alimentação saudável” por 2 outros indicadores:
- % da compra da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (recursos federais) – Fonte PNAE/FNDE
- % de adultos que consomem frutas e hortaliças regularmente (fonte: VIGITEL/MS Anual)

Dimensão Ambiental

| Cod. Indicador | Componente | Indicador | Aplica/Não se aplica ao Brasil | Alteração | Justificativa |
|-----------------|------------|---|--------------------------------|--|--|
| Indicador 1.1.1 | Água | Área de irrigação com baixo consumo de água como proporção da área total irrigada. (%) | # | Proporção de área com sistemas de irrigação de uso eficiente da água em relação à área total irrigada. | Este texto demonstra melhor a descrição do indicador proposto. |
| Indicador 1.1.2 | Água | Número de municípios com planos de gestão integrada de recursos hídricos em operação da perspectiva das bacias hidrográficas. | # | Indicador ODS 6.5.1 Grau de implementação da gestão integrada dos recursos hídricos. | A ANA e o IBGE já estão em tratativas para alimentar este indicador. Não existe plano de GIRH, mas sim planos por bacia (estadual e nacional). Também ficou confuso a forma de mensuração do indicador que fala em GIRH com o nome do indicador, que se refere a planos de bacias (estadual e nacional). |
| Indicador 1.2.1 | Solos | Área cultivável afetada pela erosão do solo como proporção da superfície total cultivável (%). | # | Sugestão de indicador abaixo, porém não houve consenso no grupo. Percentual da área com potencial de perda de solo em relação à superfície total (%) cultivada. | Não se possui dados específicos de erosão. Necessita de revisão metodológica de cálculo do indicador original. |
| Indicador 1.2.2 | Solos | (a) Porcentagem de área recuperada [ou em recuperação] por meio de reflorestamento, conservação e/ou recuperação de solos, com relação à superfície total degradada por atividades produtivas: agricultura, pecuária, florestas plantadas e | # | Porcentagem de área recuperada [ou em recuperação] por meio do uso de técnicas adequadas de conservação e/ou recuperação de solos, com relação à superfície total degradada. (sugestão). | O grupo manifesta preocupação com relação ao entendimento do indicador original que toda atividade agrícola causa degradação. |

| Cod. Indicador | Componente | Indicador | Aplica/Não se aplica ao Brasil | Alteração | Justificativa |
|-----------------|----------------|--|--------------------------------|--|--|
| | | aquicultura / (b) Grau de abrangência das metas de Neutralidade na Degradação da Terra (NDT). | | | |
| Indicador 1.3.1 | Florestas | Porcentagem da superfície florestal como proporção da superfície total estimada dos ecossistemas florestais (%). | # | Incluir indicador novo: Porcentagem da superfície de cobertura florestal e/ou vegetação nativa como proporção da superfície total estimada dos biomas. | O conceito de Floresta não abrange toda a vegetação nativa do Brasil. |
| Indicador 1.3.2 | Florestas | Superfície florestal afetada por incêndios florestais (ha). | # | Área de Superfície florestal afetada por incêndios florestais. e/ou Área de superfície florestal e/ou vegetação nativa afetada por incêndios no território nacional. | O conceito de Floresta não abrange toda a vegetação nativa do Brasil. |
| Indicador 1.4.1 | Biodiversidade | Áreas protegidas como proporção da superfície total do país (%). | # | Adicionar este indicador: Percentual do território brasileiro abrangido por unidade de conservação. | manter o indicador 1.4.1, apesar de ser tier 2 Brasil e inserir o indicador constante na proposta, que é um indicador tier 1 Brasil, já publicado pelo Ministério do Meio Ambiente. |
| Indicador 1.4.2 | Biodiversidade | Zona costeira e marinha protegida em proporção da área total da região econômica exclusiva (%). | # | Proporção da área marinha brasileira coberta por Unidades de Conservação da Natureza. | O indicador proposto é Tier I no Brasil, folha metodológica disponível no site: www.mma.gov.br/informacoes-ambientais/indicadores-ambientais |
| Indicador 1.4.3 | Biodiversidade | Áreas pantanosas protegidas como proporção da área total de pantanais. (%) | Não se aplica. | # | Este dado já está contemplado no indicador proposto 1.4.1. |

| Cod. Indicador | Componente | Indicador | Aplica/Não se aplica ao Brasil | Alteração | Justificativa |
|-----------------|--------------------|---|--------------------------------|---|---|
| Indicador 1.4.4 | Biodiversidade | Porcentagem de expansão da área de (a) agricultura (b) pecuária (c) silvicultura (d) aquicultura em áreas de ecossistemas naturais. (%) | # | Porcentagem de área de ecossistemas naturais convertido o uso da terra, por tipo de bioma. Incluir novo indicador: Porcentagem de expansão de área legal para (a) agricultura (b) pecuária (c) silvicultura (d) aquicultura, por tipo de bioma. | O indicador não estava refletindo a expansão de áreas de forma legal. Do ponto de vista da biodiversidade não significa que a expansão de áreas de forma legal não causa impactos. Através do cruzamento do CAR, da metodologia TerraClass, PRODES (INPE) e do licenciamento ambiental é possível criar uma metodologia para medir este indicador. |
| Indicador 1.5.1 | Agrobiodiversidade | Número de espécies de (a) plantas e (b) animais para alimentação e agricultura que o país possui, com programas de conservação de médio e longo prazo | # | Proposta: Dividir o indicador para abordar separadamente plantas e animais: 1. Número de acessos de germoplasma por espécies de plantas conservados em coleções ex situ (TIER 1) 2. Número raças animais conservadas em sistemas de conservação ex situ (TIER 1) | # |
| Indicador 1.6.1 | Atmosfera (Clima) | Estimativa das emissões de gases de efeito estufa (GEE) da agricultura e pecuária, discriminadas por (a) dióxido de carbono (CO2), (b) metano (CH4) e (c) óxido nitroso (NO2) | Aplica-se. | # | Obs.: O grupo entende ser pertinente o indicador proposto, no entanto não possui informação se é possível desagrega-lo por tipo de gás. |
| Indicador 1.6.2 | Atmosfera (Clima) | Emissões de dióxido de carbono (CO2) resultantes da mudança | # | Emissões de dióxido de carbono (CO2) resultante do uso da terra. | Entende-se que não há necessidade de especificar a silvicultura. |

| Cod. Indicador | Componente | Indicador | Aplica/Não se aplica ao Brasil | Alteração | Justificativa |
|-----------------------|-------------------------|--|---------------------------------------|---|---|
| | | do uso da terra e da silvicultura. | | | |
| Indicador 1.7.1 | Controle de Riscos | Porcentagem de municípios que adotam e implementam estratégias de redução do risco de desastres na esfera local, em consonância com as estratégias nacionais | Aplica-se | # | Indicador Pertinente. |
| Indicador 1.8.1 | Energia | Energia renovável como proporção do consumo final total de energia, discriminada por setor (a) agricultura, (b) pecuária, (c) produção florestal e (d) aquícola. | # | # | Consultar o MME/EPE se possuem estes dados no Balanço Energético Nacional. |
| Indicador 1.9.1 | Resíduos e contaminação | Comercialização de pesticidas divididos por grupos de periculosidade ambiental, para uso na produção vegetal e animal. | # | Comercialização de agrotóxico e afins, área plantada das principais culturas e comercialização por área plantada. | Este indicador proposto já é disponibilizado pelo IBGE, no entanto não contempla produtos para uso animal. |
| Indicador 1.9.2 | Resíduos e contaminação | Porcentagem de embalagens de pesticidas pós-consumo destinados a programas de logística reversa como proporção do total de embalagens comercializadas (%). | # | # | inpEV – Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias – entidade privada é quem realiza a logística reversa de embalagens de agrotóxico. Deve-se verificar na política de resíduos sólidos se possuem este dado oficial emitido pelo Estado. |

Outras sugestões ou recomendações gerais para o Documento Base – Verão 2:

-

Dimensão Social

| Cod. Indicador | Componente | Indicador | Aplica/Não se aplica ao Brasil | Alteração | Justificativa |
|-----------------|-----------------------------------|--|--------------------------------|--|--|
| Indicador 2.1.1 | Receita | Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza nacional, discriminada por localização geográfica (urbana e rural), sexo e etnia (indígenas, afrodescendentes e comunidades locais) (%). | Aplica-se. | Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza nacional, discriminada por situação do domicílio (urbana e rural), sexo e raça/etnia (indígenas, afrodescendentes e povos e comunidades tradicionais) (%) Sugestão de incluir indicador referente a extrema pobreza. | Reformulação da redação para adequar aos parâmetros nacionais. Inclusão de indicador referente a extrema pobreza seria importante para monitoramento de políticas públicas e relaciona-se com Meta 1.1 dos ODSs |
| Indicador 2.2.1 | Segurança alimentar e nutricional | Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave na população urbana e rural, segundo a Escala de Experiência de Insegurança. | Aplica-se. | Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave na população urbana e rural, segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar | Adaptação aos parâmetros nacionais |
| Indicador 2.2.2 | Segurança alimentar e nutricional | Prevalência de desnutrição (peso para estatura, desvio típico $>+2$ o <-2 da mediana dos padrões de crescimento infantil da OMS), entre crianças menores de 5 anos, discriminada por tipo (emaciação e peso excessivo), por localização (urbana e rural) e etnia (indígenas, | Aplica-se. | Prevalência de má-nutrição (peso para estatura, desvio típico $>+2$ ou <-2 da mediana dos padrões de crescimento infantil da OMS), entre crianças menores de 5 anos, discriminada por tipo (emaciação e sobrepeso), por situação do domicílio (urbana e rural) e raça/etnia (indígenas, afrodescendentes e povos | Má-nutrição abarca tanto desnutrição como obesidade. |

| Cod. Indicador | Componente | Indicador | Aplica/Não se aplica ao Brasil | Alteração | Justificativa |
|-----------------|------------|---|--------------------------------|---|---|
| | | afrodescendentes e comunidades locais). | | e comunidades tradicionais). | |
| Indicador 2.3.1 | Saúde | Porcentagem da população com acesso a água potável para consumo, desagregada por localização (urbana e rural). | Aplica-se. | Porcentagem da população com acesso a água potável para consumo humano, desagregada por situação de domicílio (urbana e rural). | Consideramos nova redação mais adequada. Observação: O grupo considera de extrema importância um indicador relativo a qualidade da água, mas avalia que as fontes de dados existentes no Brasil são insuficientes para produzir um indicador desse tipo atualmente. Essa lacuna poderia ser suprida pelo desenvolvimento dos dados do Sisagua do Ministério da Saúde ou pela inclusão de teste da qualidade da água em pesquisas domiciliares amostrais do IBGE, como a Pesquisa Nacional de Saúde. |
| Indicador 2.3.2 | Saúde | Incidência de morbimortalidade associada à qualidade da água por área geográfica (urbana, rural). | Aplica-se. | Taxa de mortalidade atribuída a água não segura, saneamento inseguro e falta de higiene | Consideramos que a redação do indicador 3.9.1 dos ODSs está mais adequada. Observação: Não identificamos relação com a diretriz DVPA-ALC 3.5 |
| Indicador 2.3.3 | Saúde | Taxa de mortalidade atribuída à intoxicação não intencional. | Aplica-se. | Incluir no indicador casos classificados pelos códigos Z57.4 (exposição ocupacional a pesticidas) e T60 (efeitos tóxicos de pesticidas) | Observação: Avaliar a subnotificação atual desse indicador |
| Indicador 2.4.1 | Educação | Porcentagem de jovens (15 a 24 anos) que não estudam, não têm emprego ou recebem formação por área geográfica (urbana e rural). | Aplica-se. | Porcentagem de jovens (16 a 29 anos) que não estudam, não têm emprego ou recebem formação por situação do domicílio (urbana e rural), sexo e raça/etnia (indígenas, afrodescendentes e povos e comunidades tradicionais). | Adequação aos parâmetros nacionais. Observação: Dúvidas sobre o conceito de educação não-formal e referentes ao trabalho no meio rural (que pode não ser corretamente identificado na pesquisa) |

| Cod. Indicador | Componente | Indicador | Aplica/Não se aplica ao Brasil | Alteração | Justificativa |
|-----------------------|---------------------|--|---------------------------------------|------------------|---|
| Indicador 2.5.1 | Terra e territórios | Porcentagem de mulheres entre proprietários de terras agrícolas ou titulares de direitos sobre terras agrícolas. | Aplica-se. | | Observação: Dúvida referente a aplicação em povos e comunidades tradicionais onde a posse é coletiva |
| Indicador 2.5.2 | Terra e territórios | Agricultura familiar com direitos agrários (de acordo com as características de cada país). | Aplica-se. | | Observação: Grupo considerou relevantes separar agricultura familiar de povos e comunidades tradicionais. |

Outras sugestões ou recomendações gerais para o Documento Base – Verão 2:

Dimensão Institucional e Governança

| Cod. Indicador | Componente | Indicador | Aplica/Não se aplica ao Brasil | Alteração | Justificativa |
|-----------------|--------------------|---|--------------------------------|---|---|
| Indicador 4.1.1 | Institucionalidade | Proporção de órgãos governamentais que incorporam temas relacionados a políticas agroambientais em seus mandatos e que participam de processos de coordenação interinstitucional que incluem essas políticas (%). | Aplica-se. | Proporção de órgãos governamentais que incorporam temas relacionados a políticas agroambientais em suas competências e que participam de processos de coordenação interinstitucional que incluem essas políticas (%). | Discutimos bastante a questão de que instancias seriam. Se podemos estabelecer e como iríamos estabelecer as instancias que se relacionam com o tema além dos óbvios ministérios... e o tema a nível estadual ou municipal e ainda mais complexo. Vale uma discussão mais detalhada, ou talvez partir de uma avaliação dos colegiados e políticas já identificadas, analisando o universo de instancias e temas que participam, como um ponto de partida. |
| Indicador 4.1.2 | Institucionalidade | Proporção de órgãos governamentais que incorporam temas relacionados a políticas agroambientais em seus mandatos e que participam de processos de coordenação interinstitucional que incluem essas políticas. | Aplica-se. | Proporção de instancias da sociedade civil que incorporam temas relacionados a políticas agroambientais que participam de processos de coordenação interinstitucional que incluem essas políticas. | Entendemos que o que se busca é perceber como as políticas motivam, e de consequência incorporam a participação da sociedade civil. Não necessariamente a criação de novos grupos. Por que entendemos que o objetivo é que as políticas sejam inclusivas e participação em seu desenvolvimento, implementação e monitoramento e avaliação. |
| Indicador 4.2.1 | Marco Normativo | Proporção de legislações nas questões agroambientais que possuem regulação e implementação (%). | Aplica-se. | Proporção de legislações nas questões agroambientais que possuem regulação, implementação e monitoramento. | O monitoramento é central, mas é uma etapa ainda infrequente no sistema de gestão de políticas públicas brasileiras. |
| Indicador 4.3.1 | Governança | Proporção de unidades administrativas locais com procedimentos | Aplica-se. | Proporção de órgãos municipais com ações e projetos estabelecidos | Apenas mudança de nomenclaturas, e sugestão para que o indicador seja |

| Cod. Indicador | Componente | Indicador | Aplica/Não se aplica ao Brasil | Alteração | Justificativa |
|-----------------|------------|---|--------------------------------|--|--|
| | | operacionais estabelecidos para participação dos cidadãos em questões agroambientais. (%) | | com a participação da sociedade civil em questões agroambientais. | ampliado para outras esferas governamentais. |
| Indicador 4.3.2 | Governança | Valor médio da proporção de obras/projetos dentro de unidades administrativas locais vinculadas a políticas agroambientais (%). | Aplica-se. | Proporção de ações/projetos nos órgãos municipais vinculados a políticas agroambientais. (Este indicador precede o anterior. É importante identificar a existência desses projetos, e depois medir a participação da sociedade civil nesses projetos/ações) | Mudança de métrica, mudança de nomenclaturas, e sugestão para que o indicador seja ampliado para outras esferas governamentais. |
| Indicador 4.3.3 | Governança | Valor médio da proporção de instrumentos/mecanismos vinculados a políticas agroambientais que possuem participação cidadã no processo operacional dentro das dependências administrativas locais (%). | Aplica-se. | Proporção de instrumentos/mecanismos vinculados a políticas agroambientais que possuem participação da sociedade civil nas políticas públicas municipais (%). | Mudança de métrica, mudança de nomenclaturas. |
| Indicador 4.3.4 | Governança | Número de organizações da sociedade civil envolvidas em processos de consulta a cidadãos. | Aplica-se. | Proporção de organizações da sociedade civil que atuam no tema envolvidas em processos de consulta de políticas públicas agroambientais. (Este indicador deve preceder o anterior, pois o processo de consulta é mais limitado frente às | Consulta não é uma forma de medir nível de participação. A consulta está envolvida no processo de participação, quando este não se limita à própria consulta. Além disso, acreditamos que este indicador deve preceder o anterior, pois o processo de consulta é mais limitado frente às demais formas de participação da sociedade civil. |

| Cod. Indicador | Componente | Indicador | Aplica/Não se aplica ao Brasil | Alteração | Justificativa |
|-----------------|------------|---|--------------------------------|---|---|
| | | | | demais formas de participação da sociedade civil.) | |
| Indicador 4.3.5 | Governança | Total de alianças ou acordos entre entidades governamentais ou privadas e universidades e/ou centros de pesquisa para o desenvolvimento de questões agroambientais. | Aplica-se. | Proporção de parcerias ou acordos entre entidades governamentais e universidades e/ou centros de pesquisa para o desenvolvimento de políticas agroambientais. | Mudança de métrica, nomenclatura. Não temos como aferir acordos das entidades privadas, por isso foi excluído do texto. |
| Indicador 4.3.6 | Governança | Quantidade de pesquisas geradas [ou projetos de pesquisa implementados?] por universidades e centros de pesquisa em temas agroambientais, por localização. | Aplica-se. | Proporção de pesquisas geradas por universidades e centros de pesquisa em temas agroambientais. | Mudança de métrica e de nomenclatura. Quanto à localização, foi retirada, pois o texto fica restritivo. Sugere-se discussão sobre o alcance dos resultados gerados a partir destas pesquisas, não apenas a quantidade, mas sim a aplicabilidade nas políticas públicas. |

Outras sugestões ou recomendações gerais para o Documento Base – Verão 2:

- Fazer uma revisão geral no documento quanto à tradução. Alteramos dois indicadores de governança para “Institucionalidade”:
- INDICADOR 4.1.3: Proporção de organizações da sociedade civil que atuam no tema envolvidas em processos de consulta de políticas públicas agroambientais (Este indicador deve preceder o anterior, pois o processo de consulta é mais limitado frente às demais formas de participação da sociedade civil).
- INDICADOR 4.1.4: Proporção de parcerias ou acordos entre entidades governamentais e universidades e/ou centros de pesquisa para o desenvolvimento de políticas agroambientais.
- Alteramos um indicador de “Governança” para “Dimensão Econômica e Produtiva “: INDICADOR 4.3.6: Proporção de pesquisas geradas por universidades e centros de pesquisa em temas agroambientais.

F. Avaliação

Pontos fortes

Participação dos presentes e local da oficina.

Participação e comprometimento.

Organização, cumprimento da agenda proposta e motivação para envolvimento dos participantes.

Diversidade de atores presentes e propostas apresentadas para a implementação dos ODS no marco das diretrizes políticas agroambientais.

Local de realização evento e mediação.

A participação qualificada das organizações presentes e a relevância das temáticas em debate.

Pontos fracos

Problemas de tradução, propostas que não estavam de acordo com a realidade brasileira, muitos indicadores.

Representatividade de entidades para tópicos específicos.

A organização do evento não se atentou para os objetivos do desenvolvimento sustentável que são o pano de fundo de tudo que foi desenvolvido e escolheu um local onde ninguém acessa a não ser de carro queimando combustível fóssil. Temos que dar o exemplo e provocar a mudança na sociedade. Se um hotel daquele é provado pela FAO e MMA a ter uma estrutura para receber quem for de bicicleta eles vão dar mais atenção ao tema do que apenas uma pessoa chegando de bicicleta e reclamando com o gerente. Fica a dica para os próximos eventos.

Nada a declarar.

Reduzida participação de organizações da sociedade civil.

Convidar mais especialistas sobre tema e tempo de duração evento.

Pouca participação de organizações da sociedade civil.

Sugestões

Sugiro um menor número de indicadores, talvez dividir por tier e começar com os tier 1.

Mais oficinas sobre o tema com a mesma dinâmica.

1. Socializar material durante todo o processo de construção. 2. Fortalecer trabalho conjunto entre atores do governo federal e das organizações da sociedade civil. 3. Ampliar convite à participação social.

Para melhor acompanhamento e desenvolvimento dos tópicos, seria necessário mínimo 3 dias e atenção ao chamamento de especialista por tema (no mínimo 1 pessoa por temática tratada).

ANEXO A – Lista de Participantes

| | Nome | Instituição | E-mail |
|----|-------------------------------|-----------------------------------|--|
| 1 | Alan Bojanic | FAO | alanjorge.bojanic@fao.org |
| 2 | Alex Bernal | MMA | alex.bernal@mma.gov.br |
| 3 | Alexandre Maroso Gessi | SENAR | alexandre.gessi@senar.gov.br |
| 4 | Allan Milhomens | SEDR/MMA | allan.milhomens@mma.gov.br |
| 5 | Ana Carolina A. Belizário | MAPA | Carolina.belizario@agricultura.gov.br |
| 6 | Bruno Mandelli Perez | IBGE | bruno.perez@ibge.gov.br |
| 7 | Bruno Meireles Leite | MAPA | bruno.leite@agricultura.gov.br |
| 8 | Carmem Priscila Bocchi | MDS | priscila.bocchi@mds.gov.br |
| 9 | Célia Cristina da Silva Pinto | CONARQ | crisodara_pinto@hotmail.com conaaadm@gmail.com |
| 10 | Ceres Belchior | SBIO/MMA | ceres.belchior@mma.gov.br |
| 11 | Demétrio Carvalho | ABC | demetrio.carvalho@itamaraty.gov.br |
| 12 | Denise Pinheiro | SEDR/MMA | denise.pinheiro@mma.gov.br |
| 13 | Edson Leite | MAPA | edson.leite@agricultura.gov.br |
| 14 | Eliane Gomes | EMBRAPA | eliane.gomes@embrapa.br |
| 15 | Elzivan Carvalho | Secretaria Executiva SECEX/MMA | elzivam.carvalho@mma.gov.br |
| 16 | Fábio Alves | IPEA | fabio.alves@ipea.gov.br |
| 17 | Fádia Rebouças | DRSD/SEDR | fadia.rebouca@mma.gov.br |
| 18 | Flávia Torres | SFB | flavia.rico@florestal.gov.br |
| 19 | Fernanda Magalhães | MAPA | Fernanda.magalhaes@agricultura.gov.br |
| 20 | Geraldo Souza | EMBRAPA | geraldo.souza@embrapa.br |
| 21 | Getúlio Ezequiel | SIH/MI | getulio.filho@integracao.gov.br |
| 22 | Guilherme Viana de Alenca | DRSD/SEDR/MMA | guilherme.alencar@mma.gov.br |
| 23 | Iran Veiga | MPDG | iran.veiga@planejamento.gov.br |

| | | | |
|----|---------------------------|---------------------------------------|--|
| 24 | Jaciara Rezende | IBAMA/DIQUA | jaciara.rezende@ibama.gov.br |
| 25 | Jefé Leão Ribeiro | MAPA | jefe.ribeiro@agricultura.gov.br |
| 26 | Jessica Martins | SEAD/MDA | jessica.martins@mda.gov.br |
| 27 | João Câmara | IBAMA | joao.camara@ibama.gov.br |
| 28 | João Henrique Evangelista | DGE/MMA | joao.evangelista@mma.gov.br |
| 29 | Jorge Lui Cardoso | ASCOM | jorgelcardoso@gmail.com |
| 30 | João Roberto Correa | EMBRAPA | joao.roberto@embrapa.br |
| 31 | José Alencar Simões | SRHQ/MMA | jose.simoes@mma.gov.br |
| 32 | Juliana G. Bezerra | DGE/MMA | juliana.bezerra@mma.gov.br |
| 33 | Juliana Simões | Secretária da SEDR/MMA | juliana.simoes@mma.gov.br |
| 34 | Katia Marzall | MAPA | katia.marzall@agricultura.gov.br |
| 35 | Kilmara Ramos | IICA | kilmara.ramos@iica.int |
| 36 | Kleber Santos | MAPA | kleber.santos@agricultura.gov.br |
| 37 | Walesha Barbosa | ASCOM/MMA | Walesha.barbosa.terceirizada@mma.gov.br |
| 38 | Marcela Ayub Brasil | Agência Nacional de Águas – ANA | marcela.brasil@ana.gov.br |
| 39 | Marcelo Reis | DGE/MMA | marcelo.reis@mma.gov.br |
| 40 | Marco O. M. de Oliveira | OCB | marco.oliveira@ocb.coop.br |
| 41 | Marcos Jacinto de Sousa | ASA | marcosjacinto@eloamigo.org.br |
| 42 | Maria José A. Sampaio | EMBRAPA | zeze.sampaio@embrapa.br |
| 43 | Maria Aldete Fonseca | EMBRAPA | aldete.fonseca@embrapa.br |
| 44 | Mariana Matias | ASBRAER | |
| 45 | Mauro Moura Müzell Faria | SENAR | mauro.faria@senar.org.br |
| 46 | Morgana Maselli | Agência Nacional de Agroecologia- ANA | morganamaselli@gmail.com |
| 47 | Murilo Carlos Muniz Veras | MAPA | murilo.veras@agricultura.gov.br |
| 48 | Nemo Andrade Amaral | CONTAG. | amaral.nemo@gmail.com nemo@contag.org.br |
| 49 | Octávio Costa de Oliveira | COAGRO - IBGE | octavio.oliveira@ibge.gov.br |
| 50 | Patrícia Mesquita | Essência | patricia5mequita@gmail.com |
| 51 | Paula Sivelli | SEDR/MMA | paula.sivelli@mma.gov.br |
| 52 | Pedro Araújo Filho | SEDR/MMA | pedro.filho@mma.gov.br |

| | | | |
|----|----------------------------------|-----------------------------------|--|
| 53 | Plínio Pereira | ABC | plinio.pereira@abc.gov.br |
| 54 | Raul da Trindade Barbosa Neto | DFCD/MMA | raul.trindade@mma.gov.br |
| 55 | Rodrigo Gonçalves Sabença | DRSD/MMA | Rodrigo.sabença@mma.gov.br |
| 56 | Rodrigo Pereira | IBGE | rodrigo.s.pereira@ibge.gov.br |
| 57 | Rodrigo Pereira Dantas | MAPA | rodrigo.dantas@agricultura.gov.br |
| 58 | Roger Camargo | GIZ | roger.a.camargo@gmail.com |
| 59 | Rogério Neuwald | PRESIDÊNCIA | rogerio.neuwald@presidencia.gov.br |
| 60 | Ronaldo Ramos | CONTAG | ronaldoramos@contag.org.br |
| 61 | Shirley Silvia | SEDR/MMA | shirley.silva@mma.gov.br |
| 62 | Taiguara Alencar | GIZ | taiguara.alencar@giz.de |
| 63 | Terezinha Dias | EMBRAPA | terezinha.dias@embrapa.br |
| 64 | Thiago Frank | SGMFC | |
| 65 | Valéria Hammes | EMBRAPA | valeria.hammes@embrapa.br |
| 66 | Virginiza Lira | COAGRI/MAPA | virginia.lira@agricultura.gov.br |
| 67 | Tatiana Espíndola (facilitadora) | Essência Processos Participativos | tatianaessencia@gmail.com |
| 68 | Patrícia Mesquita | Essência Processos Participativos | patriciasmesquita@gmail.com |

ANEXO B – Registro Fotográfico







Desenvolvimento metodológico

Facilitação

Relatoria

Essência Processos Participativos

CNPJ: 22.266.474 0001-12

IE: 07.716.798/001-51

Contato Telefônico: (61) 98363 0206

E-mail: tatianaessencia@gmail.com